



FACCREI

17

NÚMERO 1

REVISTA  
DIÁLOGO E  
INTERAÇÃO

ISSN 1275-3687

<https://revista.faccrei.edu.br>

## A MATERIALIDADE DO LIVRO: HISTÓRIA, CULTURA E TRANSFORMAÇÃO NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA

### THE MATERIALITY OF THE BOOK: HISTORY, CULTURE, AND TRANSFORMATION IN CONTEMPORARY SOCIETY

Denise da Silva de Oliveira\*

**RESUMO:** Este artigo investiga a materialidade do livro como elemento central na constituição de práticas culturais e experiências leitoras, abordando momentos históricos diversos. Adotando uma abordagem qualitativa baseada em revisão bibliográfica e análise documental, o estudo examina as transformações do livro enquanto suporte material e símbolo cultural, destacando as interações entre leitor, texto e contexto. Os resultados evidenciam que, apesar do crescimento dos suportes digitais, o livro impresso persiste como objeto de valor simbólico, proporcionando uma experiência sensorial singular e desempenhando um papel vital na preservação da memória e na resistência cultural. Além disso, observa-se que a materialidade do livro atravessa contextos históricos e culturais variados, ressignificando-se continuamente na sociedade contemporânea, onde o impresso e o digital coexistem em diálogo constante. O estudo contribui para o debate acadêmico ao evidenciar que o livro, enquanto objeto cultural, continua a mediar o acesso ao conhecimento e a influenciar práticas leitoras em um cenário de constantes transformações tecnológicas e culturais.

**PALAVRAS-CHAVE:** Materialidade do livro; Práticas de leitura; Livro impresso e digital; História cultural do livro; Leitura digital; Preservação da memória cultural.

**ABSTRACT:** This article investigates the materiality of the book as a central element in the constitution of cultural practices and reading experiences, addressing diverse historical moments. Adopting a qualitative approach based on bibliographic review and documentary analysis, the study examines the transformations of the book as a material support and cultural symbol, highlighting the interactions between reader, text, and context. The results show that despite the growth of digital media, the printed book persists as an object of symbolic value, providing a unique sensory experience and playing a vital role in memory preservation and cultural resistance. Furthermore, the materiality of the book traverses various historical and cultural contexts, continually re-

---

\*Doutoranda em Estudos da Linguagem. Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem – Universidade Estadual de Londrina-UEL. Docente da Universidade Tecnológica Federal do Paraná – UTFPR/CP e da Faculdade Cristo Rei – FACCREI, de Cornélio Procópio. E-mail [denisesiloliveira@yahoo.com.br](mailto:denisesiloliveira@yahoo.com.br)

signifying itself in contemporary society, where print and digital coexist in constant dialogue. The study contributes to the academic debate by demonstrating that the book, as a cultural object, continues to mediate access to knowledge and influence reading practices in a scenario of constant technological and cultural transformations.

**KEYWORDS:** Book materiality; Reading practices; Printed and digital book; Cultural history of the book; Digital reading; Preservation of cultural memory.

## 1 Introdução

Este artigo investiga a materialidade do livro como elemento cultural e símbolo de memória, abordando sua relevância histórica e contemporânea, com foco na relação entre o suporte físico do livro e as práticas leitoras, considerando suas ressignificações na era digital. A justificativa para a pesquisa reside na persistência do livro impresso como mediador de experiências culturais e sociais, mesmo em um cenário marcado pela digitalização, inserindo-se em debates sobre as transformações da leitura, memória cultural e resistência simbólica.

O objetivo principal é discutir como a materialidade do livro dialoga com práticas culturais e experiências leitoras, explorando seu papel na preservação da memória e na resistência ao apagamento digital. Metodologicamente, a pesquisa adota uma abordagem qualitativa, ancorada em revisão bibliográfica e análise documental, incluindo o mapeamento do estado da arte com referências clássicas e publicações recentes, abrangendo obras em português e em línguas estrangeiras.

O recorte teórico dialoga com produções sobre a materialidade do livro, cultura escrita e leitura digital, priorizando referências de alta relevância acadêmica e impacto recente. O artigo está estruturado nas seguintes seções: O Livro como Objeto Cultural; Materialidade e Experiência de Leitura; Censura e Controle da Leitura; Livro na Era Digital; e Considerações Finais.

Assim, este artigo busca contribuir para os estudos sobre a materialidade do livro, ressaltando sua relevância contínua e os desafios enfrentados na era digital.

## **2 O livro como objeto cultural: reflexão sobre a relação entre leitor, leitura e materialidade**

Nessa seção, o livro é analisado como artefato cultural, cuja trajetória histórica e simbólica reflete práticas sociais complexas de leitura. Chartier (1999) argumenta que essa trajetória é dinâmica, marcada por rupturas e continuidades, e não linear. Goulart (2009) expande essa visão ao sugerir que o livro ultrapassa sua materialidade física, pois seu significado emerge no ato de leitura, que é subjetivo e contextual. Tragino (2003) reforça essa ideia ao destacar que a leitura é um processo de apropriação individual, moldando a interação do leitor com o livro. A trajetória do livro, desde os manuscritos medievais até a era digital, foi moldada por avanços tecnológicos, tensões políticas e mudanças culturais, evidenciando que seu valor simbólico e seu uso foram constantemente redefinidos.

Observa-se que o texto físico se consolidou como instrumento de registro e disseminação do conhecimento, condicionado a contextos sociopolíticos, e sua posse, restrita por séculos, refletiu desigualdades históricas. Complementando essa reflexão, o livro transcende seu aspecto físico, como ressalta Navarrete (2011), e torna-se um símbolo histórico que atravessa gerações, representando uma confluência de vozes, práticas e memórias culturais, mediando a relação entre passado, presente e futuro, reforçando sua relevância como artefato essencial na construção de discursos culturais e na formação de subjetividades.

De forma análoga, Amorim e Rabelo (2022) qualificam o livro como semióforo, um objeto simbólico que, além de seu conteúdo, carrega materialidade e institucionalidade, mediando a experiência leitora de forma tangível e simbólica. Esse conceito pode ser expandido ao considerar como a materialidade do livro molda a relação do leitor com o texto, oferecendo não apenas suporte físico, mas também contexto cultural. Com a industrialização da imprensa no século XIX, como apontado por Bragança (2005), o livro tornou-se um produto de consumo mais acessível, o que diversificou os perfis de leitores e consolidou o mercado editorial. Essa mudança histórica sugere que a materialidade não apenas reflete o momento em que foi

produzido, mas também influencia os modos de leitura e as dinâmicas culturais, dialogando com as práticas sociais e econômicas da época.

A materialidade do livro, desde o toque do papel até a disposição tipográfica, influencia diretamente a recepção do conteúdo, tornando a leitura uma experiência sensorial e intelectual (Chartier, 2009). Essa análise corrobora a ideia de que a materialidade não apenas atua na percepção imediata do leitor, mas também carrega consigo marcas históricas de produção, circulação e consumo. A evolução do livro, desde os papiros e códices até a prensa de Gutenberg e, posteriormente, à era digital, moldou práticas culturais e formas de interpretação. El Far (2006) ressalta que essa trajetória esteve permeada por desigualdades históricas de acesso ao livro, o que reforça que a materialidade do objeto não pode ser desvinculada dos contextos sociais e econômicos que determinam sua circulação.

Com o avanço das técnicas de encadernação, impressão e a ampliação da escolarização, a circulação de livros expandiu-se gradualmente, facilitando o compartilhamento de ideias e saberes intergeracionais. Essa expansão não apenas ampliou o acesso, mas também diversificou as formas de apropriação do livro, influenciando a forma como o conhecimento foi transmitido entre gerações. Chartier (1991) apresenta o conceito de representação do signo, destacando que a leitura envolve um jogo entre a imagem presente fisicamente e o objeto ausente, o que posiciona o livro como elemento central na formação cultural das sociedades. Essa conceitualização pode ser ampliada ao considerar que o livro, ao longo de sua trajetória, tornou-se um espaço de negociação simbólica, carregando múltiplos significados moldados pelo contexto social do leitor, seja na leitura silenciosa e individual ou na leitura compartilhada em contextos coletivos, reafirmando sua relevância como mediador cultural dinâmico.

O autor argumenta que as transformações culturais são impulsionadas pelas mudanças sociais, e o desenvolvimento da tipografia exemplifica como essas inovações moldaram a produção textual e ampliaram o acesso ao livro. Esse avanço técnico incentivaram o crescimento de uma sociedade letrada, na qual a escolarização desempenhou um papel central na formação de novos leitores. Além disso, o livro transcendeu sua função original de suporte textual para assumir um lugar na formação

de valores comunitários, econômicos e identitários. Bellei (2002) é trazido para essa discussão pois reforça essa perspectiva ao destacar que o livro, mais do que um objeto físico, reflete subjetividades e incorpora significados sociais, funcionando como um espelho metafórico das práticas culturais e das tensões de seu tempo.

A produção de livros impulsionou o crescimento da literatura como bem social atemporal, refletindo a sociedade de maneira dinâmica. Marcia Abreu (2011), em *Diferentes Formas de Ler*, analisa essa diversidade ao destacar que a leitura ocorre em múltiplos suportes, como jornais, revistas e placas, e não apenas em livros. A autora critica a visão elitista da leitura, observando que a associação entre livro e status social foi historicamente construída, especialmente com a ascensão da burguesia. A obra impressa, assim, tornou-se símbolo de prestígio, associada a uma vida sofisticada e bem-sucedida, reforçando seu papel como objeto cultural carregado de significações históricas e sociais. Essa reflexão pode ser ampliada ao considerar que o valor simbólico do livro, muitas vezes vinculado a uma elite letrada, também influenciou as formas como diferentes grupos sociais acessaram e atribuíram sentido à leitura ao longo do tempo.

Os postulados da autora inserem diversidade ao evidenciar as múltiplas práticas leitoras, demonstrando que a leitura não se restringe ao livro impresso, mas também ocorre em jornais, revistas, outdoors e telas digitais. Ela critica a visão elitista da leitura e enfatiza como fatores históricos, sociais e econômicos moldam as formas de ler, ressaltando a leitura como uma prática dinâmica e plural. Jenkins (2009), com seu conceito de convergência midiática, explora como o digital ressignifica o impresso, evidenciando que os meios digitais não substituem o livro, mas o inserem em novas práticas culturais. Ele argumenta que a convergência possibilita a coexistência de múltiplos suportes, promovendo uma cultura participativa onde leitores interagem ativamente com o conteúdo. A materialidade do livro, nesse contexto, é ressignificada à medida que a leitura digital integra novos formatos, mas preserva a simbologia do impresso, ampliando as formas de acesso e apropriação cultural.

Enquanto Navarrete (2011), Amorim e Rabelo (2022), Bellei (2002) e Chartier (1999) sublinham o caráter simbólico do livro, destacando sua materialidade como mediadora de experiências culturais e memórias, Abreu (2011) amplia essa discussão

ao evidenciar o valor social atribuído ao livro, historicamente ligado a uma elite letrada. Jenkins (2009), por sua vez, contribui ao explorar como a convergência midiática ressignifica o impresso, mantendo seu simbolismo e expandindo suas formas de circulação. Assim, os autores, de diferentes perspectivas, convergem ao reconhecer a materialidade do livro como um elemento dinâmico que, além de carregar significados históricos, dialoga com o presente e influencia as práticas culturais contemporâneas.

A relação entre o leitor e o livro é também marcada por um contínuo processo de ressignificação. Navarrete, Abreu, Chartier e Jenkins compartilham a ideia de que a materialidade do livro atua como mediadora cultural, conectando experiências, memórias e práticas sociais. Essa perspectiva permite integrar as discussões, evidenciando que o livro, seja impresso ou digital, mantém seu valor simbólico, ressignificando-se continuamente. Bolter e Grusin (1999) reforçam esse pensamento ao introduzir o conceito de *remediação*, no qual o digital e o impresso se influenciam mutuamente, reinterpretando tradições e ampliando o diálogo entre a tradição e a inovação no contexto contemporâneo. Esse fenômeno evidencia que o livro não é apenas um recipiente de texto, mas um mediador cultural que afeta diretamente a construção do conhecimento e da identidade social, ampliando o diálogo entre a tradição e a inovação no contexto contemporâneo.

A transição do livro físico para o digital redefine seus significados e reafirma seu papel como mediador cultural, mas essa transformação não ocorre sem tensões. Bolter e Grusin (1999) destacam que o processo de remediação conecta o digital ao impresso, reinterpretando tradições e ampliando práticas de leitura, evidenciando que o digital não substitui o impresso, mas o reinscreve em novos contextos de consumo e interação. Essa coexistência, longe de ser harmoniosa, revela disputas entre diferentes formas de leitura, nas quais a materialidade física do livro, com seu peso simbólico e histórico, confronta a fluidez efêmera do digital. Chartier (2022) contribui ao abordar como o capital cultural influencia a percepção do livro, sugerindo que o acesso às novas plataformas digitais, embora democratize parcialmente a leitura, mantém desigualdades estruturais, já que o valor atribuído ao livro impresso ainda é determinante em círculos acadêmicos e culturais. Além disso, a digitalização introduz

novos desafios, como a efemeridade dos suportes e a dependência tecnológica, o que intensifica o debate sobre preservação da memória e autenticidade textual. Essa análise amplia as reflexões anteriores ao sugerir que a remediação não apenas redefine o livro, mas também reconfigura as relações de poder, acesso e legitimação cultural, mostrando que, mesmo no ambiente digital, a materialidade permanece como um componente essencial das práticas leitoras e da produção de conhecimento.

Gruszynski e Castedo (2018) abordam a materialidade do livro como um processo multifacetado que vai além do suporte físico, abrangendo elementos editoriais, estratégias de circulação e o papel das instituições no acesso ao conhecimento. Essa visão conecta-se às análises de Abreu (2011), que discute o valor social atribuído ao livro, especialmente em contextos historicamente marcados por desigualdades educacionais e econômicas, e às reflexões de Chartier (1999) sobre a trajetória simbólica do livro como objeto cultural. O livro, nesse contexto, não é apenas um repositório de informações, mas um produto moldado por tensões sociais, disputas simbólicas e processos históricos de legitimação.

Essa compreensão é aprofundada ao considerar que o texto impresso, como objeto cultural, não apenas reflete o contexto de sua produção, mas também influencia práticas de leitura, memórias coletivas e construção de identidades. A materialidade do livro, ao ser analisada por Gruszynski e Castedo (2018), revela-se como um elo entre o conteúdo textual e as condições sociopolíticas de sua circulação, destacando o papel das editoras, bibliotecas e mercados no acesso ao conhecimento. Além disso, a análise desses autores converge com a de Abreu (2011) ao evidenciar que o valor simbólico do livro foi historicamente atribuído por grupos letrados que moldaram o que era considerado leitura legítima, perpetuando assim estruturas de poder e exclusão.

A essa discussão soma-se Chartier (2022), que, ao enfatizar o capital cultural como elemento de desigualdade no acesso ao livro, alerta para a necessidade de uma reflexão crítica sobre como a materialidade impacta não apenas o ato de ler, mas também a democratização do conhecimento. Dividindo esse debate, pode-se considerar que o primeiro aspecto se refere ao livro como produto físico, enquanto o segundo aborda seu papel como mediador simbólico. Almeida Júnior (1997) corrobora essa análise ao apontar que, durante séculos, a leitura foi privilégio das elites,

enquanto a oralidade manteve vivas as tradições e histórias das classes marginalizadas. Essa dualidade entre o material e o simbólico posiciona o livro como um elemento de resistência cultural e, simultaneamente, como um reflexo das tensões e hierarquias sociais, evidenciando a complexidade de sua materialidade ao longo da história.

### **3 Materialidade e experiência de leitura**

A materialidade do livro ultrapassa um conceito abstrato ou teórico; ela influencia concretamente a maneira como o leitor interage com o texto. Assim, após discutir a relevância do livro como artefato cultural, essa seção se volta para a experiência da leitura e os modos como o suporte físico do livro molda a recepção e interpretação textual. As considerações a seguir exploram a maneira pela qual a tangibilidade do livro impacta a leitura, desde a manipulação física até os efeitos sensoriais, conectando essas experiências às reflexões de Tragino (2013), Chartier (2009), Barthes (1988) e Jenkins (2009), que analisam a interação entre leitor e texto sob múltiplas perspectivas. Ao considerar o livro como um objeto que transcende seu conteúdo escrito, esta seção busca evidenciar que a experiência leitora é, em grande medida, moldada pela materialidade, que atua como mediadora entre o leitor, o autor e o contexto social.

A materialidade do livro, conforme apresentada anteriormente, não se restringe à sua dimensão física, mas também à forma como ele se insere em práticas sociais de leitura e interpretação. Tragino (2013) destaca que o livro, enquanto suporte da escrita, é um elemento fundamental na mediação do discurso e na construção de sentidos pelo leitor. Assim, essa materialidade não apenas define a maneira como o texto é apresentado, mas também influencia como ele é lido, apropriado e ressignificado. De acordo com o dicionário, define-se o conceito de "Livro: coleção de folhas de papel, impressa ou não, reunidas em cadernos cujos dorsos são unidos por meio de cola, costura etc., formando um volume que se recobre com capa resistente" (Houaiss; Villar, 2009, p. 224). Essa definição, embora técnica, reforça amplitude da estrutura material do livro na experiência de leitura e sua permanência histórica como

objeto cultural. A interação entre livro e leitor, portanto, não se limita à transmissão de informações, mas envolve uma dimensão sensorial e simbólica que influencia a recepção e a interpretação dos textos.

O livro indissocia-se do conceito de leitura, pois ambos se entrelaçaram (Tragino, 2013). Sua materialidade absorveu o texto de tal maneira que os dois passaram a ser percebidos como uma única entidade, impossibilitando uma separação nítida entre suporte e conteúdo. Além disso, o autor ressalta que o livro não se limita a transportar a escrita, mas também comunica por si só com o leitor, estabelecendo um vínculo essencial para a existência da literatura. Sem o suporte físico do livro, a literatura, tal como conhecida, não poderia se concretizar. A interação entre livro e leitor marca a etapa final de um longo processo que se inicia com a escrita do autor, passa pela editoração e distribuição e, finalmente, chega ao consumidor final. Assim, mais do que um simples objeto, o livro carrega em si uma história que se estende para além de sua produção, tornando-se parte da experiência subjetiva do leitor.

A leitura, por sua vez, é um processo que extrapola a decodificação de símbolos gráficos. Se, como apontado anteriormente, a materialidade influencia diretamente sua apropriação, é na leitura que essa influência se manifesta de forma mais concreta. A relação entre signos linguísticos e simbólicos que representam a escrita, ou seja, as próprias letras, não pode ser dissociada do contexto no qual a leitura ocorre (Chartier, 1991). O sentido do texto não está exclusivamente em sua materialidade, mas na interação entre o leitor e seu repertório de experiências, que moldam a forma como cada indivíduo compreende e ressignifica o que lê. Além disso, a leitura não é um ato isolado; ela está sempre ancorada em um processo social e histórico, no qual diferentes camadas de significado emergem a partir da mediação entre o leitor e o texto.

Kleiman (2013, p. 12) reforça essa perspectiva ao afirmar que “[...] a leitura é um ato social, entre dois sujeitos; leitor e autor que interagem entre si, obedecendo aos objetivos e necessidades socialmente determinados”. Essa visão amplia a compreensão da leitura como um fenômeno que não se restringe à habilidade individual, mas que ocorre dentro de um conjunto de convenções e práticas sociais.

Nesse sentido, a leitura é percebida como uma atividade de negociação de sentidos, na qual o leitor se apropria do texto a partir de seu conhecimento prévio e de sua bagagem cultural. A leitura, nesse sentido, não é homogênea, uma vez que diferentes leitores atribuem diferentes interpretações a um mesmo texto, conforme suas experiências e inserção em contextos específicos. Assim, ela configura-se como um espaço de interação simbólica, no qual o significado do texto não é fixo, mas constantemente reconstruído na relação entre o material escrito e o sujeito que o interpreta.

Além de ser um meio de acesso ao conhecimento, a leitura também se configura como um processo dinâmico de interação entre o texto e o leitor, exercendo um caráter persuasivo capaz de despertar reações emocionais e cognitivas. Em consonância com a perspectiva de Kleiman (2013), a leitura não apenas reflete o contexto sociocultural do leitor, mas também o transforma, moldando sua percepção de mundo. O impacto de um texto, portanto, varia significativamente conforme o repertório e as vivências individuais, o que faz da leitura um espaço de ressignificação constante. Nesse sentido, compreender a leitura como um agente de transformação social implica reconhecer sua influência não apenas sobre o indivíduo, mas sobre a própria estrutura da sociedade, evidenciando o papel ativo do leitor na construção de novos significados a partir da materialidade do livro.

A materialidade do livro desempenha um papel essencial na experiência da leitura, influenciando a relação entre leitor e texto por meio de aspectos físicos, como textura, peso, formato e até mesmo o som das páginas sendo viradas. Esses elementos sensoriais criam uma vivência única, muitas vezes ausente nos suportes digitais. Nesse sentido, como aponta Chartier (2022), a materialidade “[...] significa os formatos diferentes das obras publicadas [...], a inscrição e a disposição do texto sobre as páginas do livro, bem como as escolhas do autor, do corretor e do tipógrafo”, moldando a forma como o leitor se apropria do discurso. O livro impresso, portanto, não se limita a transmitir informações; ele também funciona como um dispositivo que organiza o saber e condiciona a interpretação do leitor, estabelecendo uma interação que, embora pareça direta, é mediada por múltiplos elementos materiais que orientam a experiência de leitura.

Essa materialidade manifesta-se de múltiplas formas em toda situação de leitura, exceto na escuta do texto lido ou declamado, como ocorre na transmissão oral. No entanto, independentemente do meio, o leitor sempre se apropria do discurso em uma forma específica, o que evidencia que a experiência leitora é mediada pela materialidade do suporte textual. Como destacam Furtado e Coelho (2022), essa apropriação ocorre tanto entre leitores mais eruditos quanto entre aqueles menos familiarizados com práticas letradas, demonstrando que a materialidade do livro impacta a recepção do texto de maneiras distintas conforme o repertório e o contexto sociocultural do leitor.

A previsibilidade e familiaridade proporcionadas pelo livro impresso favorecem o que Barthes (1988) define como leitura de prazer, um tipo de experiência leitora associada à estabilidade da forma e à repetição de padrões reconhecíveis. Em contrapartida, os novos suportes digitais impõem novas dinâmicas de leitura, desafiando o leitor a adaptar-se a interações distintas das que ocorrem no impresso. Esse fenômeno dialoga com o conceito de convergência de mídias proposto por Jenkins (2009), que aponta como diferentes plataformas coexistem e ressignificam continuamente as práticas culturais e literárias. No entanto, é fundamental compreender que a transformação da leitura não é um fenômeno recente, mas um processo histórico que reflete mudanças sociais e tecnológicas ao longo do tempo.

Um exemplo marcante dessa transformação é a passagem da leitura em voz alta para a leitura silenciosa, uma mudança que redefiniu a relação entre o leitor e o texto. Se antes a leitura oral era essencial para tornar os textos acessíveis àqueles que não sabiam ler, a leitura silenciosa promoveu uma relação mais introspectiva e individualizada com o livro. Chartier (2001, p. 82) observa que “[...] a diferença entre leitura oral e leitura silenciosa também pode ser entendida como um índice das distâncias socioculturais em uma dada sociedade.” Dessa forma, a transição para a leitura silenciosa não apenas alterou a prática leitora, mas também evidencia como a materialidade do livro influencia a maneira como o conhecimento é acessado, interpretado e transmitido.

A leitura silenciosa não é tão só um exercício de memorização ou uma atividade mecânica de decodificação de signos, tampouco um ato cognitivo fechado e acabado.

Pelo contrário, trata-se de um processo dinâmico no qual leitor e texto estabelecem uma relação de troca, atribuindo significado e profundidade à experiência leitora. Essa interação é condicionada tanto pelos elementos materiais do livro quanto pela subjetividade do leitor, que recria sentidos a partir de sua bagagem cultural. Nesse sentido, Tragino (2013, p. 29) destaca que “[...] os atos físicos de se praticar a leitura, assim como os de reagir à sua recepção, são comportamentos que, juntos, efetivam caminhos de entendimento do texto, e esse entendimento requer tanto uma manipulação do objeto quanto uma imaginação aplicada sobre ele.” A materialidade do livro, portanto, não apenas molda a experiência leitora, mas também direciona as formas como o texto pode ser interpretado e apropriado pelo leitor.

Dessa forma, a leitura possibilita um trânsito constante entre o imaginário e o real, permitindo que as percepções sensorial e intelectual do leitor se entrelacem em um processo contínuo de ressignificação. Essa relação, contudo, não ocorre de maneira uniforme, pois cada indivíduo interpreta o que lê a partir de suas experiências, referências culturais e expectativas previamente construídas. Chartier (2001) defende que o leitor não apenas decodifica palavras, mas também reconstrói sentidos, atribuindo novos significados ao objeto livro. Para o autor, “[...] ler é, portanto, fazer emergir a biblioteca vivida, quer dizer, a memória de leituras anteriores e de dados culturais. É raro que leiamos o desconhecido” (Chartier, 2001, p. 113). Essa afirmação sugere que toda leitura é um diálogo entre o texto e o repertório prévio do leitor, no qual o novo sempre se confronta com o já conhecido, permitindo diferentes camadas de compreensão e ressignificação da experiência leitora.

Em entrevista ao jornal *El País* em maio de 2018, o remanescente da Escola de Frankfurt, filósofo e professor alemão Jürgen Habermas, afirma que o emblema do intelectual comprometido somente perdurará caso haja leitores aos quais alcançar com a argumentação (Habermas, 2018). Essa reflexão destaca não apenas o papel da leitura como ferramenta de acesso ao conhecimento, mas também sua capacidade de transformar o sujeito leitor. A relação entre texto e leitor não se dá de forma passiva, mas por meio de um processo de interpretação e ressignificação, no qual a materialidade do livro serve como um mediador essencial dessa experiência. Assim, a leitura pode resultar naquilo que Habermas descreve como uma "metamorfose" do

leitor, um instante no qual aquele que lê se descobre um estranho conhecido de si mesmo, imerso nos indizíveis das palavras. Essa transformação, que ocorre na interface entre texto, leitor e materialidade, ressalta o caráter dinâmico da experiência leitora, na qual o suporte físico do livro não apenas condiciona a recepção do conteúdo, mas também contribui para a imersão subjetiva no discurso.

A recepção do texto não acontece de maneira isolada, mas é mediada por convenções materiais que guiam, ainda que de maneira imperceptível, a apropriação do discurso pelo leitor (Chartier, 2009). O livro impresso, portanto, não é um mero recipiente de ideias, mas um artefato cultural que organiza o saber, condiciona interpretações e influencia a construção do conhecimento. Essa perspectiva reforça a argumentação de Tragino (2013) e Goulart (2009), que destacam a interdependência entre leitura e materialidade, evidenciando que a experiência leitora é resultado de uma relação complexa entre o suporte físico, o conteúdo textual e as subjetividades do leitor.

Nessa relação entre materialidade e experiência leitora, Barthes (1988) é retomado na discussão ao propor uma distinção fundamental entre dois tipos de leitura: a leitura de prazer e a leitura de fruição. A primeira, já apresentada anteriormente, refere-se àquela que proporciona conforto ao leitor, conduzindo-o a um "lugar conhecido", como acontece na leitura de textos já consolidados culturalmente. A segunda, por sua vez, está associada ao gozo, um tipo de leitura que rompe com o familiar, gerando um impacto inesperado no leitor. A materialidade do livro pode atuar como um facilitador dessas experiências, proporcionando previsibilidade no primeiro caso e desestabilização no segundo. O livro impresso, com sua estrutura fixa e tangível, pode reforçar a familiaridade da leitura de prazer, enquanto um texto apresentado de maneira disruptiva, com espaçamentos incomuns, margens irregulares ou tipografia diferenciada, pode induzir uma leitura de fruição, na qual a materialidade desafia a interpretação convencional do texto.

Além disso, o autor argumenta que a materialidade do livro também contribui para a criação dos "interditos" da leitura — elementos que permanecem inacessíveis ao leitor e que ultrapassam suas possibilidades de compreensão. O próprio suporte material do texto impresso — suas margens, tipografia, diagramação e estrutura —

pode tanto sugerir quanto ocultar significados, funcionando simultaneamente como um limite e uma abertura à interpretação. Essa concepção dialoga com a noção de Chartier (2022) sobre a materialidade como um fator de organização da leitura: os formatos das obras, as escolhas editoriais e as convenções tipográficas atuam como elementos estruturantes da recepção do texto, moldando a experiência leitora de formas que, muitas vezes, escapam à consciência do leitor.

Dessa forma, ao longo dessa seção, ficou evidente que a leitura não pode ser dissociada da materialidade do livro. Desde as reflexões de Tragino (2013) e Goulart (2009) sobre a interdependência entre suporte e texto, passando pela análise de Kleiman (2013) sobre a leitura como prática social, até as abordagens de Barthes (1988) e Habermas (2018) sobre os efeitos subjetivos da leitura, percebe-se que o livro é, ao mesmo tempo, um objeto material e simbólico. A materialidade do livro influencia tanto a forma como o leitor interage com o texto quanto os significados que emergem dessa interação. Assim, a leitura não se dá apenas no campo do cognitivo ou do textual, mas envolve uma experiência sensorial e interpretativa que coloca o leitor em constante diálogo com a cultura, o tempo e suas próprias referências.

#### **4 A censura e o controle da leitura ao longo da história**

Ao longo da história, o livro foi tanto um instrumento de emancipação quanto um alvo de censura e controle. Governos, instituições religiosas e elites políticas frequentemente buscaram restringir o acesso à leitura, reconhecendo o potencial subversivo dos livros na formação de ideias e na construção do pensamento crítico. Desde a queima de manuscritos na Antiguidade até a censura moderna imposta por regimes autoritários, o livro tem sido alvo de esforços sistemáticos para controlar sua circulação e influência.

Talvez ler seja perigoso, a exemplo da história de um sujeito com cerca de 50 anos chamado Alfonso Quejana, um fidalgo espanhol sem muitas posses, que vivia em algum lugar da Mancha. Esse fidalgo, porém, não cultivava os prazeres de sua classe social, preferia ler livros de cavalaria: a paixão pelos livros era tanta que chegou a vender suas terras para comprar mais e mais volumes desse gênero de obra.

Envolvido pela leitura, passava noites em claro, e “[...] do pouco dormir e do muito ler, secou-se-lhe o cérebro, de maneira que veio a perder o juízo” (Cervantes, 2002, p. 27). Esse sujeito resolveu mesclar sua vida ao universo dos livros e proclamou-se Dom Quixote.

Miguel de Cervantes Saavedra é o autor dessa imortal personagem, protagonista da obra *O engenhoso fidalgo Dom Quixote de la Mancha*, publicada em 1605. O escritor retratou de modo irônico e paródico o período de conflitos religiosos entre a Reforma e a Contrarreforma, e mesmo que ideologicamente os dois grupos divergissem, ambos condenavam a leitura. Martinho Lutero apoiava a leitura individual da Bíblia, mas denunciava os perigos de lê-la em edições de língua vernácula. A Igreja reagiu contra os hereges, reativando o Tribunal do Santo Ofício e interditando ou até mesmo queimando “textos proibidos”. Na obra de Cervantes, o barbeiro e o cura da cidade invadem a biblioteca do fidalgo e queimam todos os livros considerados causadores da loucura de Alfonso Quejana.

A história de Dom Quixote, mesmo que fictícia, serve como um exemplo das tensões associadas à leitura e à materialidade dos livros. Cervantes, ao criar um personagem cuja sanidade é destruída pelo excesso de leitura, reflete uma preocupação histórica com os perigos potenciais do consumo literário desenfreado. Esse medo de que os livros possam corromper a mente não é novo, mas se estende desde as críticas de Platão à invenção da escrita até as censuras impostas pela Igreja durante a Idade Média e a Renascença. O ato de queimar os livros de Quixote, visto como uma forma de purificação, sublinha o poder atribuído ao livro como portador de ideias potencialmente perigosas, capaz de transformar e até destruir o leitor.

Mas o posicionamento avesso à leitura já era apontado por Platão (2005), filósofo que defendia que o conhecimento deve ser adquirido por força do empenho, não podendo ser contraído por meio de palavras escritas por outrem. Platão deixa claros os prejuízos da escrita nos diálogos de Fedro, quando cita uma passagem do mito de Thoth, inventor das letras. Thoth leva seu invento a Tamuz, rei de Tebas, esperando que sua invenção possa ser ensinada aos egípcios.

Thoth:

Esta arte, caro rei, tornará os egípcios mais sábios e lhes fortalecerá a memória; portanto, com a escrita inventei um grande auxiliar para a memória e a sabedoria.

Tamuz:

Tu, como pai da escrita, esperas dela com o teu entusiasmo precisamente o contrário do que ela pode fazer. Tal coisa tornará os homens esquecidos, pois deixarão de cultivar a memória; confiando apenas nos livros escritos, só se lembrarão de um assunto exteriormente e por meio de sinais, e não em si mesmos. Logo, tu não inventaste um auxiliar para a memória, mas apenas para a recordação. Transmites aos teus alunos uma aparência de sabedoria, e não a verdade, pois eles recebem muitas informações sem instrução e se consideram homens de grande saber embora sejam ignorantes na maior parte dos assuntos. Em consequência, serão desagradáveis companheiros, tornar-se-ão sábios imaginários ao invés de verdadeiros sábios (Platão, 2005, p. 119).

Essa crítica de Platão à escrita, expressa no diálogo entre Thoth e Tamuz, ressoa através dos séculos, destacando uma visão de que a escrita, e por extensão os livros, poderiam substituir a verdadeira sabedoria por uma mera aparência de conhecimento. O temor de que a dependência da materialidade do livro — da escrita externa à memória — poderia enfraquecer as capacidades cognitivas e corromper a verdadeira sabedoria, ecoa na narrativa de Dom Quixote. Cervantes, ao mostrar o fidalgo que perde o juízo ao confundir a realidade com as ficções dos livros de cavalaria, parece explorar justamente essa tensão.

No entanto, a materialidade do livro também serve como um contrapeso a essas preocupações. Se, por um lado, o livro pode ser visto como um objeto que propaga ideias perigosas ou ilusórias, por outro, ele é também um meio para a preservação do conhecimento, permitindo que gerações futuras tenham acesso a ideias e pensamentos que, de outra forma, se perderiam. A crítica de Platão à escrita pode ser vista não apenas como um ataque à materialidade do livro, mas também como um reconhecimento do poder transformador da palavra escrita — um poder que pode ser tanto benéfico quanto perigoso.

O debate sobre os perigos da leitura, portanto, está intimamente ligado à materialidade do livro e às formas como ele é produzido, disseminado e consumido.

A tensão entre o potencial do livro para iluminar e para enganar, para preservar e para corromper, é uma constante na história da leitura e da literatura, refletindo as complexidades da interação humana com o conhecimento e a cultura.

Nas duas situações expostas, é perceptível a desconfiança de que os livros falsificariam a realidade e direcionariam a um conhecimento artificial e indesejado. Fedro data do século IV a.C., período histórico no qual o acesso à escrita se estende aos gregos, enquanto Cervantes também presenciou mudanças históricas, muitas delas causadas em razão da difusão do texto enquanto produto industrial e mercadoria, fruto da consolidação da tipografia como manufatura e da comercialização de obras literárias.

Essas transformações sublinham o impacto da materialidade do livro na disseminação do conhecimento e nas atitudes em relação à leitura. Mesmo que o livro tenha se popularizado em algumas classes sociais depois do século XVII, a imagem da leitura ainda era distorcida, sendo considerada perigosa se feita em doses exageradas. Esse medo estava, em parte, enraizado na crença de que o ato de ler poderia desconectar os indivíduos da realidade, levando-os a um estado de alienação semelhante ao experimentado por Dom Quixote. No entanto, essa percepção não era apenas uma reação à leitura em si, mas também refletia uma preocupação com as mudanças sociais e culturais provocadas pela disseminação dos livros.

Mais adiante na história, o indivíduo debilitado pela leitura passa a ser definido pela marca de gênero: de leitor, ele passa a ser leitora, uma espécie de atribuição de feminilidade aos indivíduos que apreciavam a leitura. Como Zilberman (2000) aponta, essa feminização da leitura não só reforçava estereótipos de gênero, mas também marginalizava a prática da leitura, associando-a a fraqueza e à vulnerabilidade emocional. Essa construção social da leitura como uma atividade feminina e, portanto, potencialmente perigosa, destaca as complexas interações entre gênero, materialidade do livro e a percepção cultural da leitura.

Várias são as personagens que, ao longo da história da literatura mundial, representam sequelas provenientes das práticas de leitura, porém nem todas alucinam ou assumem a própria personalidade dos protagonistas lidos. Ao contrário, o narrador de *O Ateneu*, obra de Raul Pompéia, apresenta raras lembranças boas do

período escolar, e uma das poucas exceções é quando se recorda dos livros de Verne. Lima Barreto e Olavo Bilac também carregam lembranças felizes propiciadas pela obra de Júlio Verne. Zilberman (2000) destaca como essas lembranças literárias, longe de serem patológicas, funcionam como pontos de conexão entre a experiência pessoal e os mundos ficcionais criados pelos autores. O próprio Érico Veríssimo (1974, p.118) aponta sua predileção por Verne: “Passei a ser um admirador fidelíssimo de Júlio Verne [...] Assim, durante todo aquele ano e no seguinte, fui um herói de quinze anos, passei cinco semanas num balão – e a ameixeira resignava-se a fazer ora o papel de aeróstato, ora o do submarino do Cap. Nemo para percorrer vinte mil léguas submarinas”.

Depoimentos como o de Veríssimo destacam o papel estimulante e social da leitura, personificado por livros que contêm personagens aventureiros que incitam a imaginação dos leitores. Esses personagens visitam mundos exóticos e repletos de aventuras e perigos, muitas vezes completamente diferentes da realidade do leitor. Essa preferência reflete uma das muitas possibilidades que os livros oferecem: transportar seus leitores para mundos inimagináveis, distantes, mas totalmente possíveis. A materialidade do livro, nesse contexto, serve como uma ponte entre o real e o imaginário, oferecendo aos leitores um objeto físico que facilita essa transição para outras realidades. O ato de segurar o livro, de virar suas páginas, cria uma experiência sensorial que enriquece o processo de imersão na narrativa.

Iser (2000) é trazido para o diálogo argumentando que nenhum leitor absorve passivamente um texto; o texto só existe em função desse leitor, que usa inferências e imaginação para atribuir múltiplos significados à sua leitura. A leitura, assim, torna-se um ato criativo, no qual o leitor cocria o significado junto com o autor. A materialidade desempenha um papel crucial nesse processo, pois não apenas contém o texto, mas também influencia a maneira como o leitor interage com ele. A disposição das palavras na página, a tipografia, o peso e o formato do livro — todos esses elementos contribuem para a experiência de leitura, afetando as interpretações e as emoções que o texto evoca.

Portanto, ao mesmo tempo em que a leitura foi historicamente vista como uma prática potencialmente perigosa e subversiva, ela também tem sido reconhecida como

uma fonte de prazer, conhecimento e transformação pessoal. A materialidade do livro, longe de ser um mero recipiente para o texto, é um elemento ativo que molda a relação entre o leitor e a obra, permitindo que o livro funcione como uma ferramenta de exploração e descoberta. Em última análise, o poder do livro reside tanto em seu conteúdo quanto em sua forma física, e é na interação entre esses dois aspectos que a magia da leitura se manifesta.

Em contraste, a ausência de acesso ou mesmo a indiferença pela literatura pode indicar um enfraquecimento da resistência contra regimes opressores. Uma obra representativa nesse aspecto é *Fahrenheit 451*, de Ray Bradbury, escrita em 1953. Esta distopia se desenrola em um futuro sombrio onde os livros são proibidos e incinerados por bombeiros cuja missão é erradicar todas as formas de literatura. O protagonista cumpre uma jornada de questionamentos sobre o sistema, buscando o conhecimento contido nos livros. A crítica à censura, ao autoritarismo e ao controle excessivo da informação é emblemática na destruição da liberdade de pensamento e na manipulação da opinião pública.

Este debate também é encontrado em outras obras distópicas, como *1984*, de George Orwell, e *Admirável Mundo Novo*, de Aldous Huxley, ressaltando que o controle da informação e a manipulação da opinião pública são pilares da estrutura social. A educação, por sua vez, se apresenta como um meio de resistência e libertação. O nazismo na Alemanha é um exemplo marcante de tal prática, onde muitos livros foram considerados ameaças à ideologia nazista e à sua imagem.

A queima de livros em 10 de maio de 1933 foi um evento simbólico que demonstrou o crescimento do controle nazista sobre a cultura e a educação. Obras de autores como Karl Marx, Sigmund Freud, Bertolt Brecht, Thomas Mann e Heinrich Heine foram incineradas em várias cidades alemãs em meio a aplausos e comemorações da multidão. Esse episódio não apenas sublinha o poder dos regimes autoritários em moldar a cultura por meio da supressão da leitura, mas também destaca a resiliência do livro como símbolo de liberdade e resistência.

O episódio da queima de livros durante o nazismo evidencia o quão sérias podem ser as restrições impostas pelos regimes autoritários à produção e circulação de livros e ideias. Tais restrições podem silenciar vozes dissonantes, impedir o diálogo

e limitar o acesso à informação e ao conhecimento. O que poderia ser perigoso na leitura? Zilberman (2000, p. 55) sugere que “[...] o único temor que a leitura pode inspirar é o de que seus usuários sejam levados a alterar sua visão de mundo, sonhem com as possibilidades de transformar a sociedade e não se conformem ao já existente”. A leitura expande a visão do leitor, que a compreende como uma relação real e libertadora.

Esse caráter emancipador da leitura é fundamental para entender a persistência do livro como um objeto de resistência cultural. É durante a consolidação da classe burguesa e, particularmente, com a disseminação dos ideais iluministas que a leitura assume um papel orgânico na sociedade, conferindo ao membro dessa classe uma característica diferenciada de cidadão. A leitura se torna, assim, não apenas um ato de consumo cultural, mas uma prática política, uma maneira de afirmar a autonomia individual em face de poderes opressivos.

Nessa perspectiva, é possível postular que a atenção destinada ao leitor se reflete na qualidade de sua leitura. Esta, por sua vez, está intrinsecamente ligada à cadência das ideias contidas em um livro, um objeto físico concebido pelo autor de acordo com suas especificidades ou aspirações individuais. Privilegiar a experiência de leitura envolve acionar todos os mecanismos subjacentes a esse processo, desde os aspectos mais elementares, como as ideias, até os mais sofisticados, como a aceitação por parte do mercado editorial e do leitor. A materialidade do livro, portanto, não é apenas um veículo para as ideias, mas uma parte essencial da experiência de leitura, capaz de influenciar profundamente a forma como o leitor interage com o texto.

No século XX, os regimes totalitários foram responsáveis por algumas das mais emblemáticas perseguições a livros e autores. O nazismo, por exemplo, promoveu eventos de **autodafé**, em que livros de escritores judeus, marxistas e liberais foram queimados publicamente, numa tentativa de apagar pensamentos dissidentes (Briggs; Burke, 2006). Na União Soviética, obras que contrariavam a ideologia do Estado eram sistematicamente censuradas, e autores considerados perigosos eram perseguidos ou exilados. A queima e a proibição de livros refletem não apenas o medo das ideias contidas neles, mas também uma tentativa de moldar a memória coletiva e restringir o acesso ao conhecimento.

Com o advento do meio digital, novas formas de controle da leitura emergiram. Se antes a censura era exercida principalmente por meio da destruição física dos livros, hoje ela se manifesta no controle algorítmico da informação e na restrição do acesso a determinados conteúdos na internet. Gruszynski e Castedo (2018) argumentam que, na era digital, o livro continua sujeito a mecanismos de regulação, mas de maneira mais sutil, como a limitação de disponibilidade de títulos em determinadas regiões ou a remoção de conteúdos por parte de grandes corporações que controlam as plataformas de distribuição de e-books.

Outro ponto relevante é a relação entre censura e poder econômico. Editoras e conglomerados midiáticos exercem um papel significativo na definição do que será publicado e divulgado, muitas vezes priorizando livros que atendam a interesses comerciais ou ideológicos específicos. Esse fenômeno reflete a ideia de que a censura não se dá apenas pela proibição explícita de livros, mas também pela invisibilização de determinados discursos e narrativas.

Dessa forma, a censura e o controle da leitura não desapareceram na era digital; eles apenas assumiram novas configurações. Se antes o livro impresso podia ser queimado, proibido ou confiscado, hoje os livros digitais podem ser apagados remotamente, bloqueados por sistemas de geolocalização ou restritos por algoritmos que determinam o que será visível ao leitor. A luta pelo livre acesso à leitura, portanto, permanece um desafio constante, reforçando a importância do livro como um espaço de resistência e de preservação do pensamento crítico na sociedade contemporânea.

## **5 O livro na era digital: desafios e possibilidades**

A digitalização do livro não representa apenas uma inovação tecnológica, mas uma transformação estrutural nas práticas de leitura e na interação do leitor com o texto. Dando continuidade à discussão sobre a materialidade do livro e sua influência na experiência leitora, esta seção examina os desafios e possibilidades que emergem na era digital. Se, por um lado, a tecnologia democratizou o acesso a um vasto repertório de obras e acelerou a circulação do conhecimento, por outro, desestabilizou a relação tradicional entre o suporte físico e o conteúdo textual. A noção de livro, antes

indissociável de sua materialidade tangível, expande-se para novos formatos e dispositivos, redefinindo os modos de apropriação, consumo e significação da leitura no contexto contemporâneo.

Permanece em aberto uma questão central que impulsiona um amplo debate: em um mundo cada vez mais digital, qual é o futuro do livro e qual será seu papel na sociedade? Se, por um lado, a informação impressa, outrora hegemônica, agora divide espaço com um vasto universo de conteúdo digital acessível instantaneamente, por outro, o livro físico persiste, desafiando previsões de obsolescência e reafirmando sua relevância não apenas como objeto cultural, mas como um símbolo de resistência frente à efemeridade do digital e às novas formas de controle da informação. Sua presença material evoca a durabilidade e a permanência, contrapondo-se à fluidez dos suportes digitais e à volatilidade dos conteúdos efêmeros que caracterizam a era da informação.

A transição para o digital não apenas altera a forma como os livros são produzidos e distribuídos, mas também suscita reflexões mais profundas sobre a própria experiência da leitura. Enquanto os livros digitais oferecem conveniência, portabilidade e acesso ampliado, eles também levantam desafios quanto à preservação a longo prazo, à dependência de infraestruturas tecnológicas e à fragmentação da experiência leitora. Diferente do impresso, que permite ao leitor um contato tátil e uma percepção material que envolve textura, peso e até mesmo odores, o digital propõe um novo paradigma em que a leitura se torna, muitas vezes, mediada por telas e interfaces que reduzem a interação sensorial direta com o objeto. Nesse sentido, o livro impresso continua a desempenhar um papel crucial, pois sua presença física não apenas proporciona uma experiência de leitura singular, mas também reforça a relação entre leitor e texto de maneira que transcende a mera absorção de informações.

A coexistência entre o digital e o impresso, entretanto, não está isenta de desafios. Conforme apontam Baron e Mangen (2021), a presença cognitiva necessária para a leitura de textos narrativos longos torna-se vulnerável às tentações digitais, como notificações constantes, hiperlinks e a cultura da multitarefa. Essa fragmentação da atenção pode comprometer a imersão leitora, alterando o modo

como os leitores interagem com o texto e processam o conteúdo. Nesse contexto, o livro impresso mantém-se como um espaço de concentração contínua, oferecendo ao leitor uma experiência menos suscetível às distrações contemporâneas, o que reforça seu valor em um mundo saturado de estímulos digitais.

Nesse contexto, a materialidade do livro se torna ainda mais significativa. Ela representa a persistência de uma forma de conhecimento que não pode ser facilmente controlada ou censurada, um lembrete físico das ideias que resistem ao apagamento digital. Como símbolo de resistência, o livro físico desafia as pressões da era digital, afirmando seu lugar como um artefato cultural indispensável e uma ferramenta de emancipação pessoal e coletiva. Spjeldnæs e Karlsen (2022) destacam que a digitalização trouxe uma dualidade essencial para a leitura contemporânea, questionando como a tecnologia influencia os hábitos dos leitores e como estes lidam com as distrações constantes das conexões digitais. Essa perspectiva ressalta que, enquanto o livro impresso oferece uma experiência focada e imersiva, o ambiente digital frequentemente desafia essa concentração, exigindo novas estratégias de leitura e interação com o texto.

O livro é uma das formas mais antigas e duradouras de armazenar informações e histórias. No entanto, com o advento da tecnologia digital e o aumento do acesso à internet, é possível estabelecer um questionamento a respeito da permanência ou não do livro impresso. Darnton (2010) partilha uma ideia progressista tanto em relação a obras impressas quanto aos novos suportes virtuais, pontuando que a digitalização é necessária, desde que se incentive e se pratique a preservação dos suportes impressos. Para o autor, “[...] a moral da história serve de corretivo para o folclore jornalístico: não existe nada mais morto que o jornal de ontem, exceto o jornal de ontem destruído” (Darnton, 2010, p. 145). Essa citação sublinha a importância da preservação da materialidade do livro como um meio de resguardar o conhecimento e a história, mesmo em um mundo cada vez mais dominado pelo digital.

A relação entre a permanência ou não do livro na sociedade e a existência e resistência dos leitores é complexa e multifacetada. Embora o mercado e a tecnologia possam influenciar a produção e distribuição de livros, a paixão pela leitura sempre foi uma constante na história humana. A resistência dos leitores, em particular, foi

fundamental para a sobrevivência do livro ao longo dos anos e continua sendo forte hoje em dia. Spjeldnæs e Karlsen (2022) reforçam essa ideia ao argumentar que a digitalização desafia a atenção dos leitores, tornando necessário refletir sobre como preservar a profundidade da leitura em meio a estímulos constantes. Portanto, é provável que o livro continue a desempenhar um papel importante na sociedade, desde que haja demanda e resistência por parte dos leitores. Essa resistência não se trata apenas de uma nostalgia pelo livro impresso, mas de um reconhecimento de que o livro, em sua forma física, oferece uma experiência de leitura que não pode ser totalmente replicada por meios digitais.

Dessa forma, o livro na era digital apresenta um cenário paradoxal: embora amplie as possibilidades de acesso e democratização da leitura, também suscita preocupações relacionadas à preservação, à posse e à forma como o leitor interage com o texto. Como observam Gruszynski e Castedo (2018), a materialidade do livro digital não anula a do livro impresso, mas estabelece uma relação de coexistência e influência mútua. Nesse contexto, questiona-se se a leitura fragmentada e superficial, frequentemente associada ao ambiente digital, pode impactar a retenção e a profundidade do conhecimento adquirido. A dependência crescente de plataformas digitais para o consumo de textos sugere possíveis mudanças na experiência leitora, anteriormente ancorada na fisicalidade do livro, o que pode influenciar não apenas o hábito de leitura, mas também a capacidade de reflexão crítica e memória dos leitores. O futuro do livro, portanto, parece residir não em sua substituição pelo digital, mas na adaptação de suas múltiplas formas às necessidades e práticas da sociedade contemporânea, ao mesmo tempo em que se observa os efeitos cognitivos que essa transição pode acarretar.

A possibilidade do desaparecimento dos livros, embora especulativa, integra o contexto social da atualidade, mas o interesse contínuo pela leitura sugere que essa prática pode persistir. Se o saber pode representar um desafio, a ausência dele poderia ser ainda mais preocupante. A literatura tem sido, ao longo dos séculos, uma ferramenta de resistência contra a ignorância, proporcionando aos leitores oportunidades para expandir seus horizontes e questionar as estruturas de poder que moldam suas realidades. Jean-Paul Didierlaurent (2015) ficcionaliza essa possível

estagnação da memória como decorrente da diminuição da leitura no romance *O leitor do trem das 6h27*, ao retratar um protagonista que trabalha em uma indústria de destruição de livros, transformados rapidamente em obsoletos. Contra essa corrente, a personagem resgata sorrateiramente páginas esparsas das obras destruídas e as lê para os passageiros do trem, buscando preservar, em fragmentos, a essência das histórias que o mundo parece estar disposto a descartar.

A história de Didierlaurent não apenas sugere a destruição física dos livros, mas também insinua uma crise cultural mais ampla, na qual a memória coletiva e o valor do conhecimento podem ser comprometidos pela rápida obsolescência e pela superficialidade da cultura de massa. No entanto, o ato de ler, mesmo que em fragmentos, pode ser interpretado como um gesto de resistência frente a essa tendência. A leitura, nesse cenário, aparece como uma possibilidade de preservar a identidade e a memória, tanto individual quanto coletiva, destacando-se como uma prática que transcende o simples acesso à informação.

O autor não anuncia o fim iminente do livro impresso, mas enfatiza a leitura como um processo essencial de socialização e autoconhecimento, uma vez que diferentes formas de ler exigem do leitor uma imersão atenta para que o texto se torne legível e significativo. A leitura, portanto, não se restringe à decodificação de palavras; ela pressupõe um envolvimento profundo com o texto, proporcionando ao leitor não apenas a compreensão do mundo ao seu redor, mas também uma oportunidade contínua de autodescoberta.

Essa imersão, possibilitada tanto pela materialidade do livro quanto pela prática reflexiva da leitura, assume relevância fundamental para a formação de uma identidade crítica. Em um contexto onde o fluxo constante de informações digitais pode diluir a atenção e a profundidade do pensamento, o livro impresso permanece como um espaço onde o tempo desacelera e a reflexão pode emergir de maneira mais plena. É nesse espaço que o leitor encontra a oportunidade de dialogar com ideias, culturas e narrativas que, sem essa interação cuidadosa, poderiam se perder ou se tornar fragmentadas.

Nesse sentido, a sobrevivência do livro impresso e da leitura como um todo parece depender tanto de sua capacidade de adaptação às novas tecnologias quanto

da persistência dos leitores em buscar significados mais profundos, resistindo à superficialidade e valorizando o conhecimento como ferramenta essencial para a liberdade e compreensão do mundo. A leitura, enquanto prática transformadora, continua a oferecer possibilidades de reflexão e crescimento, mesmo diante dos desafios impostos pela era digital.

Embora se possa conjecturar que os livros impressos eventualmente cedam espaço a formas mais modernas de armazenamento e transmissão de conhecimento, é necessário considerar que a materialidade do livro impresso proporciona uma experiência de leitura singular, envolvendo múltiplos sentidos: o toque das páginas, o cheiro do papel e o som da folha ao ser virada. Esses elementos, amplamente discutidos por Chartier (2009) e Tragino (2013), estabelecem uma conexão íntima e significativa entre o leitor e o texto, transcendente à mera absorção de informações.

O suporte físico, com sua textura e peso, favorece uma leitura mais contemplativa e engajada, contrastando com a efemeridade do ambiente digital, onde dados e conteúdos podem ser facilmente apagados ou dispersos. Barthes (1988) já destacava que a materialidade do livro impresso condiciona a experiência leitora, exigindo um ritmo próprio e um compromisso que desafia a velocidade da era digital, ecoando o argumento de Jenkins (2009) sobre as constantes ressignificações das práticas culturais.

Além disso, o formato fixo do texto impresso desafia o leitor a explorar camadas de significado de forma introspectiva, algo que, segundo Kleiman (2013), é frequentemente diluído nas interfaces digitais, onde a leitura superficial é incentivada pela fragmentação da atenção. A permanência do livro impresso como guardião da memória cultural é reiterada por Gruszynski e Castedo (2018), que ressaltam como os livros, ao serem passados de geração em geração, carregam consigo não apenas o conteúdo, mas também as marcas deixadas por leitores anteriores, criando uma continuidade histórica e cultural essencial.

No entanto, mesmo diante do avanço das tecnologias, a essência da leitura não reside exclusivamente no meio pelo qual o texto é acessado, mas na interação contínua entre o leitor e o conteúdo. Spjeldnæs e Karlsen (2022) sugerem que a digitalização impõe desafios aos hábitos de leitura, principalmente no que se refere às

distrações constantes, mas também oferece novas formas de interação. Nesse sentido, o papel sensível do livro impresso continua a proporcionar um espaço onde leitores podem se envolver de forma profunda, encontrando não apenas informação, mas também consolo, desafio e inspiração.

Dessa forma, o futuro do livro impresso não está restrito à sua função como objeto físico, mas também à sua capacidade de proporcionar experiências de leitura que unem o pessoal e o universal. A coexistência de suportes, como argumenta Darnton (2010), não significa substituição, mas complementaridade, permitindo que tanto o digital quanto o impresso mantenham seu valor. A materialidade do livro impresso, com suas texturas e durabilidade, reforça sua relevância como ponte entre gerações e guardião da memória cultural, ecoando as reflexões de Navarrete (2011) sobre o simbolismo e a permanência do livro.

Nesse contexto, a leitura, seja impressa ou digital, continua a ser uma prática essencial para o pensamento crítico, a empatia e a reflexão. Como destaca Habermas (2018), a presença do leitor comprometido é fundamental para a sobrevivência do discurso intelectual, reforçando a ideia de que o ato de ler é, acima de tudo, um ato humano que transcende o meio. A evolução dos suportes de leitura reflete mudanças culturais e tecnológicas, mas a necessidade de compreender o mundo pela palavra escrita permanece constante, conforme apontado por Chartier (1991).

Assim, enquanto houver leitores dispostos a se envolver profundamente com os textos, o livro, em qualquer formato, permanecerá uma força vital na sociedade. A leitura continuará a desempenhar um papel crucial na formação de mentes curiosas e críticas, na preservação do conhecimento e na construção de uma cultura global compartilhada, reafirmando o valor da materialidade e da experiência leitora como aspectos centrais desse processo.

Diante das incertezas que permeiam o futuro do livro impresso, permanece a inquietação: sua existência estaria realmente ameaçada pela digitalização massiva ou encontraria novas formas de se reinventar? Se, por um lado, a tecnologia oferece conveniência e acessibilidade, por outro, desafia-nos a refletir se a experiência sensorial e a profundidade interpretativa proporcionadas pelo livro físico podem ser plenamente substituídas. O que está em jogo não é apenas a permanência de um

objeto cultural, mas a própria essência da leitura como prática de resistência, introspecção e transformação. Em um mundo de estímulos incessantes e informações efêmeras, o livro impresso desafia a pressa e convida à contemplação. Seria ele, então, uma relíquia fadada ao esquecimento ou um símbolo resiliente que continuará a provocar, inspirar e resistir?

## 6 Considerações Finais

A materialidade do livro sempre desempenhou um papel fundamental na maneira como a leitura é concebida, praticada e regulada ao longo da história. Desde os manuscritos e códices até a era da impressão e a atual digitalização, o livro se transformou continuamente, adaptando-se às necessidades culturais, tecnológicas e sociais de cada período. No entanto, apesar das mudanças nos suportes, sua função como instrumento de preservação e transmissão do conhecimento permanece central.

A análise da trajetória da materialidade do livro revelou que suas transformações não ocorrem de maneira linear ou substitutiva, mas sim em processos de remediação, nos quais o novo meio não apaga o anterior, mas se redefine em relação a ele (Bolter; Grusin, 1999). O livro impresso, apesar do crescimento dos suportes digitais, mantém sua relevância devido à sua durabilidade, sua experiência sensorial e seu valor simbólico. Ao mesmo tempo, a digitalização trouxe novas possibilidades de acesso, interatividade e democratização da leitura, ainda que acompanhadas de desafios relacionados à preservação e à fragmentação da experiência leitora.

Outro ponto essencial discutido foi o papel da materialidade na experiência de leitura. Como destacam Barthes (1988) e Chartier (1999), a forma do livro influencia diretamente a maneira como o leitor se relaciona com o texto. O suporte físico do impresso proporciona uma leitura sequencial e imersiva, enquanto o digital favorece a navegação e a hipertextualidade. Essa coexistência de diferentes formas de leitura reforça a ideia de que a evolução do livro não está ligada à sua substituição por novas tecnologias, mas à ampliação das possibilidades de leitura e significação do texto.

Além disso, o livro continua sendo um espaço de disputa política e cultural. A censura, que historicamente se manifestou na proibição e queima de livros, assumiu novas formas na era digital, através da restrição de acesso por algoritmos, do controle de distribuição e da concentração da produção editorial em grandes conglomerados (Gruszynski; Castedo, 2018). Isso evidencia que o controle da leitura ainda é um tema atual, destacando a importância de garantir que o livro – seja impresso ou digital – permaneça acessível e diversificado.

Por fim, o futuro do livro não deve ser visto como uma escolha entre o impresso e o digital, mas como a consolidação de um ecossistema híbrido, no qual diferentes formas de materialidade coexistem e se complementam. O desafio é compreender como esses suportes impactam a recepção e a circulação do conhecimento, garantindo que o acesso à leitura continue sendo um direito e uma ferramenta de transformação cultural e social. Como afirmam Gruszynski e Castedo (2018), a materialidade do livro na contemporaneidade é resultado de um processo contínuo de resignificação, no qual o impresso e o digital se entrelaçam, redefinindo a experiência leitora e expandindo os limites da cultura do livro.

## REFERÊNCIAS

ABREU, M. Diferentes formas de ler. *In*: Cílicia M. K. Peruzzo; Fernando Ferreira Almeida. (Org.). **A mídia impressa, o livro e as novas tecnologias**. São Paulo: Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, 2001.

ALMEIDA JÚNIOR, O. F. **Leitura, mediação e apropriação da informação**. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 2007.

AMORIM, A. K. A.; RABELLO, R. “Materialidade do livro: mapeamento e visualização temática na literatura em Ciência da Informação”. **Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, vol. 20, n. 1, maio, 2022.

BARON, N.; MANGEN, A. “Doing the Reading: The Decline of Long-Form Reading in Higher Education”. **Poetics Today**, vol. 42, n. 1, janeiro, 2021.

BARTHES, Roland. **O prazer do texto**. São Paulo: Perspectiva, 2013.

BELLEI, S. L. P. **O livro, a literatura e o computador**. São Paulo: EDUC; Florianópolis: UFSC, 2002.

BOLTER, J. D.; GRUSIN, R. **Remediation: understanding new media**. Cambridge: The MIT Press, 2000.

BRIGGS, A.; BURKE, P. **A Social History of the Media: From Gutenberg to the Internet**. Oxford: Polity Press; Blackwell Publishing Ltd., 2006.

SAAVADERA, M. de C. **Dom Quixote de la Mancha**. São Paulo: Nova Cultural, 2002.

CHARTIER, R. “A mobilidade dos textos, o livro como metáfora e o universo digital”. **Varia História**, vol. 38, n. 76, janeiro/abril, 2022.

CHARTIER, R. **A aventura do livro: do leitor ao navegador**. São Paulo: Editora UNESP, 2001.

CHARTIER, R. **A História Cultural entre práticas e representações**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

CHARTIER, R. O livro e seus poderes (séculos XV a XVIII). *In*: GONÇALVES, M. S.; COUTINHO, E. G. (Org.). **Letra impressa: comunicação, cultura e sociedade**. Porto Alegre: Sulina, 2009.

DARNTON, R. **A questão dos livros: passado, presente e futuro**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

DIDIERLAURENT, J. **O leitor do trem das 6h27**. São Paulo: Saraiva, 2015.

EL FAR, A. **O livro e a leitura no Brasil**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

FURTADO, A.; COELHO, A. “Materialidade dos escritos, constituição de acervos e a função-autor: Entrevista com Roger Chartier - Parte II”. **Varia História**, vol. 38, n. 77, maio/agosto, 2022.

GOULART, I. C. V. “O livro: objeto de estudo e memória de leitura”. **Encontros de Vista**. Disponível em: [http://encontrosdevista.com.br/Artigos/artigo\\_7\\_10.pdf](http://encontrosdevista.com.br/Artigos/artigo_7_10.pdf). Acesso em: 22/01/2025.

GOULART, I. C. V. **A compreensão e conceituação de livro num jogo de representações**. Campinas: Leitura: Teoria & Prática, 2016.

GRUSZYNSKI, A. C.; CASTEDO, R. “A materialidade do livro na contemporaneidade: imbricamentos entre imediação e hipermediação”. **Interin**, vol. 23, n. 1, 2018. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=504459789014>. Acesso em: 20/12/2024.

HABERMAS, J. "Entrevista ao jornal El País". **El País**, 2018. Disponível em: [https://brasil.elpais.com/brasil/2018/04/25/eps/1524679056\\_056165.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2018/04/25/eps/1524679056_056165.html). Acesso em: 20/05/2019.

HOUAISS, A.; VILLAR, M. S. **Dicionário Houaiss da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.

ISER, W. **O ato da leitura**. São Paulo: Editora 34, 1996.

JENKINS, H. **Cultura da convergência**. São Paulo: Aleph, 2009.

KLEIMAN, A. **Texto e leitor: Aspectos cognitivos da leitura**. Campinas: Pontes Editores, 2013.

NAVARRETE, E. **Roger Chartier e a literatura**. [S.l.]: [s.n.], 2011.

PLATÃO. **Fedro**. São Paulo: Martin Claret, 2005.

PONTES, V. M. D. A. **A formação literária no espaço escolar**. Braga: Centro de Investigação em Estudos da Criança, 2023.

SOARES, K. R. B.; CLEMENTE, V. M. da S.; DE ARAÚJO PONTES, V. M. A educação literária em uma perspectiva sócio-crítica de Paulo Freire: ler para humanizar. Boa Vista: **Boletim de Conjuntura (BOCA)**, 2024.

SPJELDNÆS, K. "How digital devices transform literary reading: The impact of e-books, audiobooks and online life on reading habits". **Sage Journals Home**, vol. 26, n. 8, 2022. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/full/10.1177/14614448221126168>. Acesso em: 10/02/2025.

TRAGINO, A. "O leitor, a leitura, o livro e a literatura na estética da recepção e na história cultural". **Revista Mosaicum**, n. 18, julho/dezembro, 2013.

ZILBERMAN, R. **Fim do livro, fim dos leitores?** São Paulo: SENAC, 2000.

Recebido em: 10/02/2023.

Aprovado em: 30/03/2023.